

Áreas Protegidas Privadas como Instrumento de Inserção Local e Inclusão Social das Comunidades do Entorno: o caso do Parque Ecológico da Michelin no Rio de Janeiro

Rodrigo Medeiros¹, André Felipe Nunes-Freitas², Fernanda Stein³, Aline Ramos dos Santos⁴; Livia Pereira Cardoso⁵, Monise Magalhães⁶; Jorge Peron⁷ & Cleide Meireles⁸

As áreas protegidas são importantes instrumentos de conservação *in situ* da biodiversidade em todo o mundo. Sua importância está consolidada no artigo 8º da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), sendo a criação e manutenção de uma rede de áreas protegidas representativas um objetivo a ser atingido pelos países signatários até 2012 (MMA, 2000; CDB/COP7, 2004; Lovejoy, 2006; Medeiros & Garay, 2006). Estimativas recentes indicam a existência de mais de 114.000 áreas protegidas, recobrando mais de 155 milhões de km² da superfície do planeta (WCPA/UNEP, 2006). Em números absolutos, a criação dessas áreas praticamente triplicou nos últimos 30 anos, saindo de 3,5% da superfície terrestre em 1982 para 12% em 2002 (Brooks, 2004).

No Brasil, as áreas protegidas são representadas por cinco tipologias: as Unidades de Conservação, as Reservas Legais, as Áreas de Preservação Permanente, as Terras Indígenas e as Áreas com Reconhecimento Internacional. Cada uma delas foi criada em momento distinto da história recente do país e contempla uma estratégia diferenciada, porém complementar, de gestão do patrimônio sócio-ambiental (Medeiros, 2006; Medeiros & Garay, 2006).

De forma geral, grande parte das áreas protegidas no país foi criada e é mantida pelo poder público. No entanto, a criação de áreas de domínio privado também é garantida na legislação brasileira, seja pelo estabelecimento de Reservas Legais seja pela criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Ao mesmo tempo, um número crescente de empresas vem criando áreas protegidas, apesar destas não encontrarem correspondência nas categorias oficialmente reconhecidas, sendo genericamente denominadas de parques ou reservas ecológicas privadas. Essas áreas adquirem cada vez maior importância e representatividade no contexto nacional, sobretudo em função de benefícios como a

¹ Laboratório de Gestão Ambiental – Prof. Adjunto IF/DCA/UFRRJ

² Laboratório de Ecologia Florestal e Biologia Vegetal – Prof. Adjunto IF/DCA/UFRRJ

³ Estagiária do Laboratório de Gestão Ambiental

⁴ Estagiária do Laboratório de Gestão Ambiental

⁵ Estagiária do Laboratório de Gestão Ambiental

⁶ Sociedade Michelin de Part. Ind. e Comércio Ltda.

⁷ Sociedade Michelin de Part. Ind. e Comércio Ltda.

⁸ Sociedade Michelin de Part. Ind. e Comércio Ltda.

conservação de fragmentos florestais, a redução dos efeitos da fragmentação e a possibilidade de desenvolvimento de projetos sócio-ambientais.

O desenvolvimento de programas e projetos sócio-ambientais pelo setor produtivo tem observado um incremento nos últimos anos (Maimon, 1996). A consolidação dessa prática está diretamente relacionada à responsabilidade sócio-ambiental, que por um lado é induzida pelas normas e legislações ambientais, mas que também tem sido implementada como forma de estabelecer a interlocução e mediação de conflitos entre as organizações e partes interessadas, como as comunidades do entorno. Nesse sentido, a criação dessas áreas tem sido adotada como um elemento da gestão ambiental corporativa, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento de ações de inclusão dessas comunidades no processo de governança local. O registro e análise de tais iniciativas são fundamentais para compreensão dos resultados e benefícios oriundos dessas práticas.

Apresentar e discutir a experiência do projeto de criação do Parque Ecológico da Michelin como instrumento que beneficia as comunidades localizadas no entorno da empresa.

O projeto estabelecimento do Parque seguiu a uma etapa inicial de diagnóstico em campo dos atributos sócio-ambientais da área. Além da determinação dos seus limites, foram realizados levantamentos para determinar a integridade da cobertura vegetal da área. Foi realizada ainda uma caracterização sócio-econômica da região de campo grande para determinar o histórico de ocupação e o perfil da comunidade a ser beneficiada. Essas informações foram obtidas através de pesquisa bibliográfica e consulta a banco de dados oficiais de centros de estatística e demografia como o IBGE, a Fundação CIDE e o Instituto Pereira Passos.

A Michelin é uma empresa francesa que atua no segmento de produção de pneus, estabelecida no Brasil em 1927. Hoje, ela está presente no país em duas unidades agrícolas e três industriais. Dentre estas últimas, está a sede do bairro de Campo Grande, inaugurada em 1981, onde o parque está sendo implementado (Michelin, 2006).

O Parque Ecológico da Michelin será estabelecido em uma área de 37ha, conformando um cinturão verde no entorno da fábrica (figura 1). Está localizado em área estratégica, situado entre os dois maiores remanescentes de mata atlântica na cidade do RJ: o maciço da Pedra Branca e do Mendanha. A área guarda ainda elementos da flora e fauna local, o que indica sua conectividade com essas áreas mais íntegras.

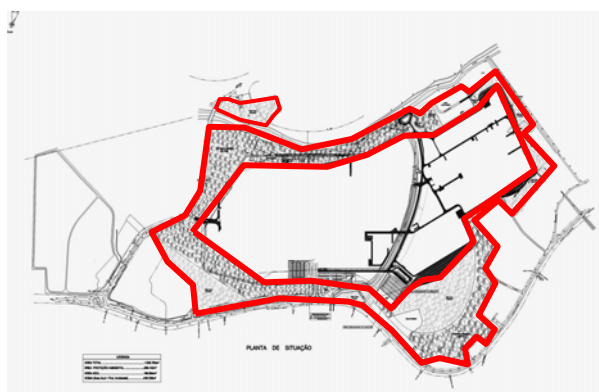


Figura 1: área do parque na planta da Michelin (delimitada em vermelha)

Contudo, ao longo do tempo com a ampliação das atividades da unidade industrial, parte da área onde o parque será implementado sofreu intervenções para a recomposição da cobertura vegetal com espécies nativas da Floresta Atlântica. Desta forma, cerca de 60% da área está em processo de regeneração da vegetação, cujo monitoramento vem sendo realizado de forma a garantir o sucesso deste processo. A intenção da criação de uma área protegida é consolidar o resgate e conservação das principais características geo-ecológicas da região, funcionando como elemento dinamizador de atividades de comunicação e educação ambiental para o público interno e para as comunidades do entorno.

O significado e importância dessa iniciativa para região refletem-se na carência existente hoje: Campo Grande abrange uma área total de 11.912,53ha, dos quais 26,87% compreendem áreas naturais e 73,13% são áreas urbanas e/ou alteradas (IPP, 2006). É o maior e mais populoso bairro da cidade e, segundo o último censo, sua população é de 297.494 habitantes (IPP, 2006). A urbanização acelerada e mal planejada fez com que a maior parte dos remanescentes florestais ficasse restrita às pequenas serras e montanhas da região, hoje protegidas em quase sua totalidade por unidades de conservação.

O parque funcionará pólo de conservação e difusão de informações ambientais, cujas atividades serão franqueadas e dirigidas para atender as comunidades do entorno através de ações desenvolvidas em parceria com escolas e associações locais.

O estabelecimento de áreas protegidas pelo setor privado da sociedade é um fenômeno recente e sua extensão ainda é bastante inferior às iniciativas empreendidas pelo setor público. Em parte, isso se deve ao pequeno incentivo oferecido pelo Estado para que empresas possam estabelecer e manter áreas protegidas. Tais incentivos (fiscais ou fontes de crédito, em sua maioria) são tímidos e ainda restritos às tipologias formais, como as Reservas Legais e as RPPNs. Além disso, a ausência de informações precisas sobre o número e extensão dessas áreas dificulta qualquer ação de planejamento do Estado. Tais informações são relevantes para

o estabelecimento de mecanismos que possam fomentar o seu incremento, melhorando o processo de conservação e inclusão social das comunidades afetadas.

O processo de ocupação da região de Campo Grande levou a gradativa eliminação da cobertura florestal original dominante no início da colonização. Iniciativas que visem à proteção dos remanescentes, como a criação do Parque Ecológico da Michelin, são de extrema importância pois contribuirão não somente para o resgate e conservação da biodiversidade outrora encontrada, como também para a manutenção de áreas verdes onde a população local possa desenvolver atividades de lazer e educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CDB/COP7. 2004. *Programme of work on Protected areas*. Disponível www.biodiv.org. Acesso 12 out de 2006.
- BROOKS, T.H.; BAKARR, M.I.; BOUCHER, T.; DA FONSECA, G.A.B.; HILTON TAYLOR, C. 2004. Coverage Provided by the Global Protected Area System: Is It Enough? *Bioscience*, vol54, nº12, p. 1081-1091.
- IPP. 2006. *Portal do Instituto Pereira Passos*. Disponível em www.ipp.rj.gov.br. Acesso 12 out de 2006.
- LOVEJOY, T. E. 2006. Protected areas: a prism for a changing world. *Trends in Ecology and Evolution*, vol. 21, nº6, p. 329-333.
- MAIMON, D., *Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso?* CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995, cap. 20, p.399-415
- MEDEIROS, R. 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*, vol IX, nº1, jan/jun2006, p.41-64.
- MEDEIROS, R. & GARAY, I. 2006. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, Irene Gonzalez; BECKER, Bertha (Orgs.). *Dimensões humanas da biodiversidade*. Ed Vozes, p. 159-184.
- MICHELIN. 2006. *Portal Michelin*. Disponível em www.michelin.com.br. Acesso em 25 de outubro de 2006.
- MMA. 2000. *A convenção sobre diversidade biológica – CDB*. Brasília: CID Ambiental. 32p.
- WCPA/UNEP. 2006. *World Database on Protected Areas*. Disponível em <http://www.unep-wcmc.org/wdpa/index.htm?http>. Acesso em: 18 out 2006.